

GÊNERO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO PORTAL CAPES (2003-2023).

Danielle de Mello Moreira¹
Alexandre Sardá Vieira²

Resumo

A pesquisa teve como objetivo fazer uma análise bibliográfica no portal de periódicos da CAPES sobre os temas: Gênero e Educação Ambiental. Foram analisados 23 artigos filtrados entre os anos de 2003 e 2023. Buscou-se nesta investigação, dados referentes ao número de publicações por ano, número de publicações por revista, temática das revistas (relacionadas à Gênero, Educação Ambiental, ou outros), área de conhecimento, porcentagem e números de regiões e instituições do país com publicações e temas mais abordados. A partir da análise dos dados foi possível perceber que há um campo em aberto para novas pesquisas na área, pois foram encontrados apenas 23 trabalhos na plataforma no decorrer dos 20 anos. É possível, porém, relacionar os termos Gênero e Educação Ambiental com inúmeras áreas do conhecimento, tendo como fato o caráter transdisciplinar da Educação Ambiental, mas as pesquisas são escassas, ainda mais se relacionadas à gênero.

Palavras-chave: Gênero, Educação Ambiental, Análise de Produções Acadêmicas, Análise de revistas científicas.

Abstract

The research aimed to carry out a bibliographic analysis in CAPES journals on the themes: Gender and Environmental Education. 23 articles filtered between the years 2003 and 2023 were analyzed. This investigation sought data relating to the number of publications per year, number of publications per magazine, theme of the magazines (related to Gender, Environmental Education, or others), area of knowledge, percentage and numbers of regions and institutions in the country with publications and most covered topics. From the data analysis, it was possible to see that there is an open field for new research in the area, as only 23 works were found on the platform over the 20 years. It is possible, however, to relate the terms Gender and Environmental Education to numerous areas of knowledge, having as a fact the transdisciplinary nature of Environmental Education, but research is scarce, even more so when related to gender.

Keywords: Gender, Environmental Education, Analysis of Academic Productions, Analysis of scientific journals.

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de professores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSC, Campus São José. E-mail: moreira.danielle@outlook.com

² Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSC, Campus São José. E-mail: alexsv@ifsc.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A problemática do campo de pesquisa surgiu no decorrer da Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de Professores, quando um ex-aluno (Jonatta Pereira, 2020) fez a apresentação do seu TCC para a turma da qual eu participei, trazendo na conclusão temas que até então haviam sido pouco ou nunca publicados por egressos dos cursos do Campus São José/SC. Dentre eles, estava Gênero e EA (Educação ambiental). Por ter certa familiaridade com a temática de gênero e sexualidade, debatida na Licenciatura em Pedagogia, procurei entender a fundo, durante a trajetória, a relação entre os dois conceitos e, além disso, pesquisar se somente os acadêmicos do IFSC não abordaram a temática, ou se isso se estendia para outras instituições brasileiras.

É possível fazer o adendo de que a especialização em Educação Ambiental foi criada no Campus em 2017, o que a torna relativamente nova, de tal forma que até o ano de publicação do trabalho (2020), haviam sido submetidos apenas 19 TCCs, de acordo com o autor, o que talvez seja um dos motivos pelos quais a temática seja escassa.

Entretanto, através da pesquisa no Portal Capes, foi possível ter um panorama geral, de uma perspectiva microcós mica - pois foram analisados dados de apenas uma plataforma de pesquisa sobre o rumo das pesquisas que interligam Gênero e EA - Educação Ambiental.

Faz-se necessário, portanto, conceituar algumas palavras-chave importantes para a temática, como *Gênero*, *Meio Ambiente* e *Educação Ambiental*, a começar pela Educação Ambiental, que possui três principais macrotendências político-pedagógicas (conservacionista, pragmática e crítica). (Layrargues, Lima, 2014).

As duas primeiras possuem um viés que considera apenas o aspecto biológico das questões ambientais, menosprezando e invalidando o aspecto social que faz parte deste todo. Em contraponto a estas, existe a Educação Ambiental Crítica - EAC, que questiona as desigualdades e injustiças ambientais. De acordo com Francisco Mendonça (2001), não há a necessidade de utilizar o prefixo sócio antes do ambiental, pois seria redundante, já que o sócio é intrínseco ao ambiental. Esta tendência enxerga a espécie humana como parte integrante da natureza.

No que se refere ao meio ambiente, de acordo com Carlos Geraldino (2014), pode ser definido em três segmentos: o ambiente das coisas (seres inanimados), o ambiente dos viventes (seres vivos ou orgânicos) e o ambiente dos humanos (seres conscientes). Para tanto, são utilizados dois recortes, “o da vida e o da consciência”.

Deste modo, o primeiro age como tempo, que deteriora uma coisa transformando-a em outra, sendo que, esta coisa por si só não é o ambiente, mas sim o que a cerca como um

todo e que tenha vida. Já o segundo, se diferencia do primeiro pelo fato de agir contra o meio que o cerca na tentativa de uma não dissolução frente às intempéries que o acometem para a preservação da espécie. Já no terceiro, o ser humano (que tem a capacidade de criar pensamentos simbólicos e dar significado às coisas), conseguiu driblar o meio para conseguir sobreviver, tendo em vista toda a sua fragilidade corpórea enquanto espécie. Segundo o autor:

Deixamos de apenas ter comportamentos adaptativos ao meio; e ganhamos em adaptabilidade, por poder modificá-lo. Se antes o ambiente nos modificava, agora, então, nós também o modificamos. É como se houvéssimos tomado o cinzel das mãos da natureza para passar também a geografar o planeta (Geraldino, 2014, p. 408).

No entanto, por outro viés, é possível sublinhar que os seres humanos não são o centro do mundo nem os seres mais evoluídos, muito pelo contrário, tudo na natureza é inteligente e cria processos muito elaborados para a permanência no espaço. De acordo com o documentário “Fungos Fantásticos”, do roteirista Mark Monroe (2019), as árvores “conversam” entre si através de uma rede subterrânea que pode ser comparada à internet por conta do trabalho do reino fúngico.

Além disso, é possível citar que a capacidade de comunicação dos golfinhos é tão grande que pode ser comparada a um idioma. Os seres não humanos também se transformam de acordo com as culturas e com as vivências do meio. Deste modo, nenhum ser é mais importante que o outro do ponto de vista hierárquico.

O conceito de meio ambiente ainda pode muitas vezes ser considerado reducionista, pois geralmente se refere apenas ao ambiente natural, como florestas, rios, oceanos, animais, plantas, possui uma visão naturalista e/ou antropocêntrica. Em contrapartida, está em expansão a concepção de meio ambiente globalizante (Reigota, 2010), relacionada à EAC - Educação Ambiental Crítica -, que tem uma abordagem mais ampla, que inclui não apenas o meio ambiente dito natural, mas também o meio ambiente social, cultural, econômico e político. A palavra-chave utilizada para o conceito central, portanto, foi Educação Ambiental, visto que o curso trouxe um pouco da amplitude que estas palavras juntas podem significar, especialmente se tratando da Educação Ambiental Crítico-Transformadora. (Slonski; Torres, 2022).

Para dar continuidade ao pensamento, foi possível destacar alguns exemplos que elucidam como a degradação do meio atinge os seres que dele fazem parte. São os inúmeros e incontáveis os males da monocultura imposta pela lógica de mercado capitalista hegemônica. Uma de suas consequências é a enorme ruptura metabólica entre ser humano/natureza. A

poluição do ar, da água e do solo atinge as classes sociais de forma desigual e quem mais perde é quem menos tem, nas sociedades em que ter é sinônimo de poder, literalmente.

Núñez (2021), utiliza o termo “relacionamentos agrotóxicos” para elucidar a ideia de que a monocultura não diz respeito somente ao agro, mas a toda uma linha de raciocínio colonial imposta que fere o princípio da abundância que é a floresta. O mono, então, é a negação do multi. E é este tipo de relacionamento que temos com o meio ambiente no capitalismo colonizador, pois para uma única verdade existir, todas as outras devem ser extintas, não é à toa que a (bio)diversidade se esgota mais a cada dia.

Indo ao encontro do pensamento de Núñez, que traz questões ecológicas com as perspectivas de gênero, há Butler (2018), que argumenta que a distinção binária entre masculinidade e feminilidade é uma construção social, e que os papéis de gênero são impostos às pessoas desde o nascimento. A autora critica a ideia de que existem características fixas associadas ao gênero, argumentando que essas características são na verdade construções culturais que mudam ao longo do tempo e variam entre as culturas.

Deste modo, destaca a teoria da performatividade de gênero como sendo norteadora deste processo, dando infinitas possibilidades ao ser no momento presente. Sendo assim, as pessoas estariam presas na normatividade que o aparelho estatal exige, encenando e teatralizando as suas identidades de acordo com o que é lhes é esperado, no entanto, o exercício do gênero é fluido, queer, e não precisa se encaixar em um padrão ou outro para ser validado diante das expectativas sociais.

De acordo com Carla Rodrigues (2005), para Butler, o gênero é uma forma de poder, e as normas de gênero são usadas para manter o controle sobre certos grupos sociais e além de serem impostas por meio de instituições sociais, como a família, a escola e a religião, também são reforçadas por meio de práticas culturais, como a mídia e a publicidade. É possível explicar, deste modo, os motivos pelos quais são atribuídos os papéis de gênero de acordo com o sexo biológico de cada ser, que devem ser questionados e rebatidos, visto que cada um carrega em si infinitas possibilidades de ser e estar dentro da multiplicidade. Da mesma forma é possível relacionar as agroflorestas e as monoculturas extrativistas.

Há movimentos como o(s) Ecofeminismo(s) - no plural, pois existem diversas correntes de pensamento - que questionam os papéis destinados a mulheres por terem sido socialmente associadas à semelhança com a natureza biológica, pejorativamente, com a visão de que a natureza é selvagem, que precisa ser dominada, domesticada, vista como oposta à cultura, que é “civilizada” e por isso relacionada à masculinidade. Esta dicotomia, portanto, é reducionista e também precisa ser problematizada. De acordo com Daniela Rosendo (2017):

Utilizar gênero como categoria de análise permite compreender como homens e mulheres se situam na sociedade a partir de construções sociais e não em decorrência de uma condição biológica. Questiona-se, então, a construção desses papéis em oposição (privado/ público, natural/cultural) e em assimetria. Nesse contexto, observa-se que as mulheres são frequentemente associadas ao espaço privado, menos valorizado que o público, associado aos homens. (Rosendo, p.4, 2017).

Ou seja, a pobreza e a fragilidade ambiental também têm gênero. A oposição dicotômica “natureza, mulher, privado” versus “cultura, homem, público”, evidencia que as violências são sofridas de maneira desigual no sistema vigente. (Rosendo, 2017).

Para tom de citação, também existem correntes do Ecosocialismo que questionam este modelo societário, partindo do pressuposto de que não há como emancipar os seres sem olhar para o todo que compõe o bojo das questões ambientais, que são contrárias à mercado-lógica do acúmulo infinito de capital desproporcional. (Saito, 2021).

Com isso, é possível problematizar as políticas da Organização das Nações Unidas - ONU, “prisioneira dos interesses das grandes potências” (Reigota, 2009) no que diz respeito ao objetivo número 5 das ODS 's (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), relacionadas às questões de gênero. De acordo com Clara Borges e Leonardo Cabral (2022):

A problematização das categorias presentes no ODS 5, realizada a partir revisão teórico-narrativa dos estudos queer, desenvolvidos por Judith Butler, permite compreender que a concepção do sujeito universal mulher como alvo da proteção do discurso jurídico não serve para afastar os fatores estruturais da desigualdade de gênero. Para tanto, é necessário pensar uma postura pós-identitária transgressora frente ao discurso jurídico, propondo uma nova e realística perspectiva de gênero no sistema de justiça para enfrentar o problema com inclusão e efetividade (Borges; Cabral, 2022, p.1).

Nesse sentido, faz-se necessário questionar o modelo de sociedade e de economia vigentes, que mantém a estrutura opressora e hierárquica de dominação sobre a suposta “fragilidade”, vulnerabilidade, de alguns seres que foi construída historicamente e intencionalmente, com o ideal de que precisam ser salvos e encaixados nos padrões do que é considerado bom por um grupo exclusivo de pessoas, visto que a legitimação do processo de escravidão/desumanização se dá de acordo com o processo de exploração da natureza. (Gonçalves, 2006).

Sabe-se que isto acontece para que estas políticas sirvam a interesses específicos que permitem a perpetuação do poderio de uns em detrimento de outros, afastando-se da perspectiva de que o bem é comum e as relações e interações com o meio são plurais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos da pesquisa, foi tanto quantitativa quanto qualitativa, dentro da perspectiva que abrange a revisão bibliográfica. Isto se deu na medida em que foram feitas as análises dos resumos dos artigos, retirados de monografias, dissertações e teses, para saber do que se tratavam, pura e simplesmente, sem que para isso houvesse a necessidade de fazer juízo de valor sobre seu conteúdo, mas os colocando em evidência.

Para tanto, as categorias de análise bibliográfica foram: dados referentes ao número de publicações por ano, número de publicações por revista, temática das revistas (relacionadas à Gênero, Educação Ambiental, ou outros), áreas de conhecimento, porcentagem e números de regiões e instituições do país com publicações e temas mais abordados. Não foi feita a análise do gênero da autoria das publicações, visto que é subjetivo dividi-las binariamente entre masculino e feminino e, não foram encontrados dados relevantes para dispor informações fidedignas.

A pesquisa, portanto, quantificou, via tabelas e gráficos - criados pelas autorias do presente artigo com base no banco de dados da pesquisa - as categorias em questão e analisou qualitativamente as autorias. A plataforma selecionada para análise foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por conta de sua relevância acadêmica. De acordo com nota lançada pelo diretor de avaliação da Capes, Renato Janine Ribeiro, o portal “é um dos maiores e melhores do mundo”. Ademais, fez parte da categoria de análise o crescimento e/ou a diminuição do debate em questão ao longo dos anos de 2003 e 2023. Sendo assim, buscou explicar o porquê e em qual contexto histórico se deu a problemática.

3. INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA

Através da pesquisa no Portal de Periódicos Capes, foi possível chegar ao número de trabalhos publicados sobre as palavras-chave: “Gênero e Educação Ambiental”, de 2003 até 2023. A escolha por pesquisar os últimos 20 anos se deu pela possibilidade de periodizar o tempo específico, para que fosse possível fazer a análise quantitativa de maneira mais precisa. Se houvesse sido pesquisado sem filtro em relação ao ano de publicação, seriam somados apenas 3 artigos na pesquisa, que provavelmente fugiram ao tema, como citado abaixo:

Inicialmente, quando foram lançadas as palavras-chave, no campo “busca avançada”, foram selecionadas publicações dos últimos 20 anos e o filtro de “data mais recente”. Apareceram um total de 263 resultados¹. Sendo que, destes, somente 23 tratavam sobre o tema em questão. Os outros resultados puxaram apenas uma das palavras-chave e estas estavam relacionadas a outros assuntos, como acidentes com animais peçonhentos durante o extrativismo, gêneros textuais, gêneros musicais, e assim por diante. Dessa forma, a pesquisa foi baseada em trabalhos que relacionassem os dois temas, ou ao menos tratasse sobre gênero e/ou sexualidade, que também estão intrínsecos na EA, na nossa perspectiva.

A seguir, é possível observar o percentual anual de publicações, que foram feitas em apenas 9 dos 20 anos pesquisados: 2003, 2011, 2013, 2015, 2016, 2020, 2021, 2022 e 2023. O que evidencia, portanto, a falta de pesquisa correlacionada na área.

Talvez seja difícil associar as temáticas, inicialmente, mas na verdade uma não caminha sem a outra, são indissociáveis se vistas da perspectiva da Educação Ambiental Crítica, com a qual nos foi dada a possibilidade de vislumbrar debates em prol de uma sociedade mais equânime.

Partindo do pressuposto de que os seres humanos integram a natureza, é possível presumir que tudo o que afeta a espécie humana como sociedade e/ou individualmente, afeta também o meio no qual estão inseridos, pois tudo é cíclico e está interligado.

No prefácio do livro intitulado Educação Ambiental, dialogando com Paulo Freire, Philippe Pomier Layrargues (2012), contribui com este pensamento, dizendo que:

É inescapável a compreensão de que alguns sujeitos sociais, indistintamente de suas origens pátrias, étnicas, raciais ou de gênero, todos esses se encontram unidos por um modelo, ameaçados, subjugados, injustiçados, exterminados, por serem ao mesmo tempo explorados nos processos de produção e acumulação de riqueza. (Layrargues, p. 8, 2014).

Não será possível viver e coexistir harmoniosamente na natureza - aqui entendida simbolicamente como “floresta” -, se a sociedade que nela habita continua a manter relações de poder e, portanto, de exploração, dando continuidade a perpetuação da relação opressores versus oprimidos, na qual a primeira precisa da vulnerabilidade da segunda para existir, o que também implica no viés mercadológico de produção infinita o qual estamos submetidos, à luz de ideias que partem de Marx, também vistas pela ótica Freiriana.

¹ A pesquisa foi feita em Agosto/2023

4. ANÁLISE DOS RESUMOS DOS ARTIGOS: O QUE PESQUISAM?

Para integrar a pesquisa, foi feita uma análise dos resumos dos artigos encontrados na plataforma para quantificar as temáticas, no sentido de entender o que pesquisam e, com isso, fazer um panorama por meio de uma tabela para melhor visualização dos dados. Segue abaixo, em ordem cronológica, as citadas observações:

MICRO-TEMÁTICAS	QTD.
Hierarquias de gênero e meio ambiente	1
Heteronormatividade da pesquisa em EA	2
Privilégios de gênero	1
Gênero e sexualidade na escola	2
Relação mulher/natureza	4
Gênero e currículo	1
Arte e gênero	2
Educação Ambiental e Ecofeminismo	2
Interdisciplinaridade e Educação Ambiental	1
Agroecologia	1
Mulheres e Ciências da Natureza	1
Racismo e diversidade sexual no ensino de Biologia e na Educação Ambiental	1
Colonialidade da Natureza	2
Crise climática e Educação Formal	2

O artigo “Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade”, escrito por Regina Célia Di Ciommo e publicado pela Revista Estudos Feministas (2003), busca explicar, através da teoria da complexidade, que nas relações de gênero estão intrínsecas desigualdades e hierarquias e isto reflete no modo como os seres humanos interagem com o meio ambiente, que se traduz em uma relação de poder.

Em “Contos de Camp Wilde: tornando queer a pesquisa em educação ambiental”, de Noel Gough e Annette Gough, da Deakin University, na Austrália, publicado pela Revista Estudos Feministas (2011) existe a problematização do fato de as pesquisas em Educação Ambiental estarem sempre na ótica heteronormativa, desconsiderando as diversas existências queers nesse campo de pesquisa

Para isso, utiliza os contos de Camp Wild, para através do imaginário, pensar em ferramentas que possibilitem a inclusão da diversidade na pesquisa em Educação Ambiental.

O artigo “Tornando queer a educação ambiental”, escrito por Constance Russel, Tema Sarick e Jackie Kennely, de três Universidades distintas do Canadá, também publicado pela Revista Estudos Feministas (2011) problematiza, como no artigo citado acima, a heteronormatividade da Educação Ambiental e mostra como a Educação Ambiental Queer torna as sociedades e as relações mais justas e equitativas.

Já o título "Do outside": corpo e natureza, medo e gênero no surfe universitário paulistano, de Marília Martins Bandeira e Kátia Rubio, da USP, publicado pela Revista brasileira de educação física e esporte (2011), trata sobre os privilégios que os homens têm no esporte do surf universitário paulistano, em que as mulheres são minoria, pois a analogia que se faz do corpo masculino condiz com as expectativas dos movimentos do esporte, sendo assim, o surf também reproduz estereótipos de gênero.

O Editorial Formação Docente, Educação Sexual e Gênero e as relações entre professor e aluno, publicado por Maria Cristina Pansera de Araújo e Christiane Gioppo, pela Revista Contexto & Educação (2013), conversa sobre a importância da formação de professores para a Educação Sexual nas escolas, para que estes possam abordar a temática de forma inclusiva e adequada para que seja possível abarcar a diversidade.

O artigo "Transversalizando a orientação sexual nos anos finais do ensino fundamental" de Cláudia Regina Neves Barbosa e Gerônimo Sartori, publicado pela Revista Monografias Ambientais (2015), trata de uma pesquisa de intervenção pedagógica acerca do tema transversal Orientação Sexual, nas séries finais do Ensino Fundamental (7º e 8º anos), numa Escola Municipal de Ensino Fundamental, na cidade de São Gabriel/RS.

A pesquisa "Mulher, Pampa e natureza: um olhar através de contos puebleros", de Juliana Corrêa Pereira Schlee, publicado pela Revista RELAcult (2016) discute a relação de ser mulher no bioma Pampa e sua relação com a natureza.

Já o texto "Educação para a transformação: meio ambiente, saúde e gênero", de Márcia Gilmar Marian Vieira, Fabíola Hermes Chesani, Leticia de Campos e Geórgia Rosa Costa, publicado pela Revista de Educação Popular (2016) relata a experiência vivenciada no projeto de extensão "Educação para a transformação: meio ambiente, saúde e gênero", vinculado à Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), cujo propósito foi promover a educação continuada nessas temáticas e a troca dos saberes agroecológicos com as mulheres agricultoras de Itajaí, Santa Catarina.

O trabalho "Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ", escrito por Lilian Sagio Cezar e Rafaella Theis, publicado pela Revista de Antropologia (2020), tem como foco o processo de participação das mulheres no grupo gestor de pesca artesanal, visando problematizar a teoria de divisão sexual do trabalho e o gênero como fator de invisibilização do trabalho feminino na pesca artesanal.

"Mulher pesca sim!" Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul", pesquisa feita por Liza Bilhalva Martins da Silva

e Gianpaolo Knoller Adomilli, publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020) trata através de evidências a invisibilidade do trabalho feminino na pesca artesanal.

O artigo “Provocações ao gênero e ao currículo: desafios e potencialidades para a educação e para os sujeitos”, de Anderson de Ferrari, Danilo Araujo de Oliveira, publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020), faz uma crítica do currículo escolar brasileiro na perspectiva dos padrões de gênero que reproduz e almeja destacar novas formas de se fazer um currículo mais equitativo.

Entre maquinarias e modos de ver e ser vista - a imagem como acontecimento da fada madrinha, de autoria de Anderson Oliveira Ferrari e Danilo de Araujo, publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020), analisa diferentes modos de se ver o processo de transformação do corpo feito pelas travestis.

“Matisse agora é uma menina e mora em Nova Iguaçu: Imagens que pensam o cotidiano escolar” Viana Berino, Aristóteles De Paula e Yasmin Do Nascimento publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020) se trata de uma problematização sobre gênero decorrente de imagens grafitadas no banheiro de uma escola do RJ, imagens estas que quebram tabus e padrões socialmente estabelecidos.

O trabalho “O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária” de Carolina Alves Gomes Oliveira, Luz Ángela Prada Rojas, Katiuska Andrea Fonseca Prada e Stephanie Di Chiara Salgado, publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020) tem como objetivo refletir sobre o diálogo entre a Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) e os movimentos Ecologistas de Mulheres e Ecofeminismos.

“Interdisciplinaridade e educação ambiental: uma análise bibliométrica de periódicos publicados entre 2017 a 2019” teve como objetivo fazer uma análise bibliométrica nos periódicos da CAPES sobre os temas: interdisciplinaridade e educação ambiental, foi escrito por Jefferson Marçal da Rocha, Leonardo Dorneles Pereira e publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020).

O projeto “Vivências que promovem a sustentabilidade: Ações Socioeducativas Agroecológicas” busca fomentar saberes agroecológicos e estimular o processo de transição para uma agricultura sustentável através de ações educativas de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, além de visar à formação de acadêmicos da Universidade do Vale do Itajaí e comunidade frente à agroecologia, foi escrito

por Márcia Gilmar Marian Vieira, Fernando Henrique Prado, Camila Korz e publicado pela REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (2020).

O título “Mulheres e os novos livros de projetos integradores em Ciências da Natureza”, de Thaynara Beatriz Selasco de Matos, Ana Cecília Soja, publicado pela Revista Educar, Mais (2021), busca problematizar a representatividade das mulheres nos livros de projetos integradores em Ciências da Natureza através da análise do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021. Há avanços, mas é preciso de muito mais para chegar à equidade.

O artigo com nome idêntico ao listado anterior, “Mulheres E Os Novos Livros De Projetos Integradores Em Ciências Da Natureza” aborda a temática de gênero e educação sexual através de vivências do PIBID-EA, com o intuito de mostrar a importância da escola para na desconstrução de violências baseadas em mitos e preconceitos, foi escrito por Milena Aires De Avila, Ramon Santos, Raphael Alves Feitosa e foi publicado pela revista Diversidade e Educação, (2021).

A pesquisa “Racismo e Diversidade Sexual e de Gênero no Ensino de Biologia e na Educação Ambiental: Uma Aproximação Decolonial Para a Pesquisa” pretende perceber quais sentidos as pessoas encontram na discussão de racismo e diversidade sexual no ensino de biologia e na Educação Ambiental, como diz o título foi escrito por Yonier Alexander Suzani Orozco Marín, Cassiani e publicado pela Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (2022).

A publicação “Educação ambiental crítica e ecofeminismo: uma potente lente epistemológica para uma educação ambiental popular e feminista” faz uma reflexão sobre a junção da Educação Ambiental Crítica e o Ecofeminismo, e como ambos podem auxiliar na construção de uma sociedade mais equânime. Foi escrito por Lisiana Lawson Terra da Silva e André Luis Castro de Freitas e publicado pela Horizontes (2022).

“Os desafios do tempo presente e a colonialidade da natureza” problematiza através da discussão sobre colonialidade sobre os enfrentamentos da população em relação a assuntos que afetam a atualidade, como mudanças climáticas, racismo ambiental, soberania alimentar, pandemias, violências de gênero, etc. A autora é Natalia Ferreira e a Revista que publicou, Fronteiras (2022).

A Revista de História e Estudos Culturais (2023), por autoria de Mayara Gomes da Silva, e Maria Eulina Pessoa de Carvalho publicou o artigo “Estudos Culturais, Crise Climática e Educação: apontamentos a partir do discurso de Txai Suruí na COP 26”, que traz a discussão da perspectiva indígena em relação às mudanças climáticas, que também

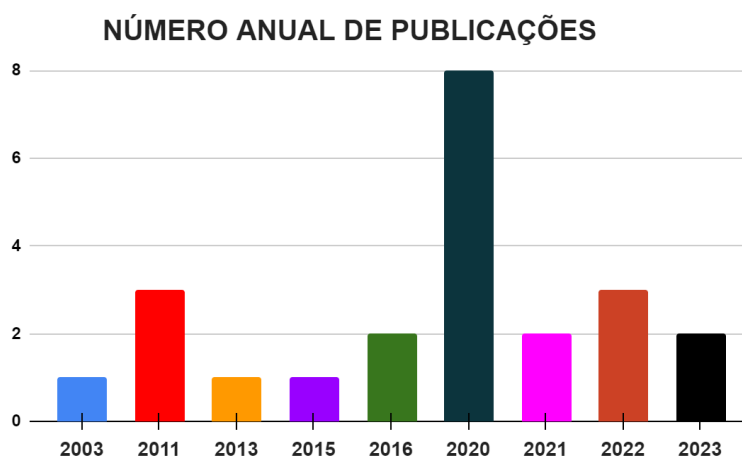
conversam diretamente com as mudanças culturais em prol da construção de políticas públicas ambientais que ao menos minimizem estes problemas.

O texto “Percepções de Mudanças Climáticas no contexto formal da educação: um olhar para as publicações da plataforma EArte” tentou identificar a percepção dos sujeitos sobre a questão das mudanças climáticas através da busca de trabalhos acadêmicos publicados pela plataforma EArte, porém foram encontrados poucos trabalhos. Foi escrito por Mayara Palmieri, Ruan das Flores de Azevedo, Raquel Gomes dos Santos, Izabela e Souza e publicado pela Revista de Pesquisa em Educação Ambiental (2023).

São trabalhos muito ricos do ponto de vista ambiental, todos abordam criticamente as questões latentes da atualidade, mesmo os que foram escritos a 20 anos atrás, que historicamente de fato são novos, o que leva a pensar no motivo pelo qual não foram encontradas pesquisas anteriores a data de 2003 no Portal de periódicos da Capes.

5. DIÁLOGOS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DAS PUBLICAÇÕES

Houve por nossa parte uma tentativa de aproximação do contexto histórico dos anos com publicações, com coincidências e diálogos que não necessariamente são a causa do número de artigos de determinada época, pois, além de tudo, a quantidade de artigos e o período de tempo são curtos para fazer afirmações precisas. Abaixo segue o gráfico com o número anual de publicações encontradas:



É possível visualizar, de acordo com o gráfico, que houve um aumento de 66,9% nas publicações relacionadas a Gênero e Educação Ambiental do ano de 2003 para o ano de 2011. Sendo que, nos anos subsequentes a 2003, até chegar em 2011 não houve publicações

sobre a temática. Existe a possibilidade de inferir que o aumento do debate e das reflexões a respeito da temática de gênero podem ter emergido com as discussões que estavam acontecendo na sociedade no âmbito de gênero, como por exemplo, a sanção da lei 11.340/2006 - Maria da Penha, que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e a classifica como crime de violação aos direitos humanos, tanto que, duas das três pesquisas publicadas em 2011 fazem parte do arcabouço da “Revista de Estudos Feministas”.

A partir disso, percebe-se que as publicações estão mais relacionadas à categoria de gênero do que a de meio ambiente, se analisadas pela ótica segmentada da questão. Ademais, houve um marco histórico em 2010, em que a primeira mulher foi eleita como Presidenta da República do Brasil, evidenciando a problemática do gênero. Os trabalhos publicados em 2011 tiveram temáticas relacionadas à “Educação Ambiental Queer” e “Gênero, corpo e natureza”, sucintamente falando.

Segundo os dados, de 2015 para 2016 houve um aumento de 50%, indo de uma para duas publicações. Neste período, houve o golpe que depôs a ex-presidenta, pondo em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, que governou de forma a legitimar valores conservadores opostos à equidade de gênero, que é também ambiental na nossa perspectiva. A partir dessas coincidências ocorridas no período em questão é possível presumir que talvez este fato seja um dos motivos pelos quais a resistência popular frente às injustiças sociais tenha aumentado, não somente com esta publicação como evidência, até porque os ocorridos políticos/sociais/ambientais demoram certo tempo até serem digeridos, discutidos e problematizados, nada é imediato. Entretanto, o artigo foi publicado pela “Revista de Educação Popular”, da UFU, que trata sobre temas relacionados à educação, saúde e cultura popular com enfoque nos movimentos populares.

Além disso, também há o fato de ter sido lançada, em 2015, numa assembleia em Nova York, a Agenda 2030 da ONU - Organização das Nações Unidas - que, de acordo com o portal do Supremo Tribunal Federal (STF), criou 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável com metas a serem atingidas até o ano de 2030 e, algumas delas estarem relacionadas à igualdade de gênero.

Entre os anos de 2017 e 2019 não houve publicações na plataforma relacionadas ao tema, mas em 2020 foram publicados um total de 8 trabalhos, sendo então o ano que mais teve pesquisas sobre Gênero e Educação ambiental. Pode-se presumir que a Pandemia Global do COVID-19, de certa forma ainda têm influência na temática, pois com ela ficaram mais evidentes as desigualdades sociais e, para além disso, as potencializou. Questões como fome, saneamento básico e pobreza ficaram escancaradas. As pessoas - pobres, negras, indígenas,

ribeirinhas, quilombolas, mulheres, PCD 's, LGBTQIA+'s, etc. - que sofrem desproporcionalmente com os sistemas de opressão, padecem ainda mais quando há problemas deste - e de qualquer - nível.

A quarentena propiciou que as pessoas pesquisadoras tivessem acesso a estes dados e evidências na internet, se não quando não presenciado por elas. É possível que o fato tenha aumentado o interesse por pesquisas questionadoras das injustiças postas na atualidade, mas houve retrocessos políticos na ciência, o que evidencia ainda mais a gravidade da questão. Os artigos publicados em 2020 tiveram títulos relacionados a “pescadoras artesanais”, “provocações ao gênero e ao currículo”, “imagem e gênero”, “movimentos de mulheres e ecofeminismo”, “interdisciplinaridade e Educação Ambiental” e “Sustentabilidade”.

De 2021 para 2022 houve aumento de uma publicação, sendo que em 2021 foram publicadas duas pesquisas e em 2022, três. Não é um aumento significativo, inclusive, a diminuição das pesquisas de 2020 para 2023 pode estar relacionada com os cortes das bolsas de pesquisa acadêmica como CAPES e CNPQ que afetaram drasticamente as pessoas pesquisadoras.

Em 2022 foi feita a reunião internacional sobre meio ambiente, na Suécia - Estocolmo + 50 - para comemorar a conferência nacional das nações unidas sobre o meio ambiente humano ocorrida em 1972, de acordo com o site oficial da Estocolmo+50, para discutir a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável citada anteriormente.

Ao mesmo tempo em que prega a igualdade, no entanto, é possível perceber que as violências continuam acontecendo, mas de forma velada, através de uma nova roupagem. Em seu livro intitulado “Educação ou adestramento ambiental?”, Brügger (1999), questiona esses falsos reparos que não resolvem a causa de fato, mas remediam, para que seja possível continuar lucrando com a doença alheia, que acaba sendo a doença de todes, pois há uma relação de interdependência universal entre os seres e, se uma coisa está desequilibrada, todes são afetadas, mesmo que com maior ou menor intensidade.

Há, portanto, neste “capitalismo verde”, uma perversidade sem precedentes. Partindo deste entendimento, Ailton Krenak (2019) questiona:

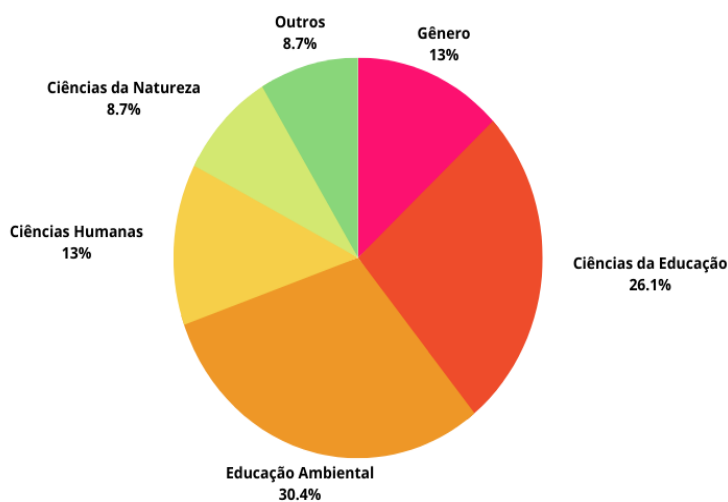
Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (Krenak, 2019, p.12).

Há, portanto, uma infinidade de motivos micros e macros para que os assuntos sejam tratados, debatidos, pautados, para que haja movimentação em prol da multiplicidade contra

hegemônica. Por fim, os temas debatidos em 2022 tiveram relação com a “colonialidade da natureza”, a “Educação Ambiental Crítica” e “Racismo e diversidade sexual e de gênero no ensino de Biologia e na Educação Ambiental”.

6. AS ÁREAS DO CONHECIMENTO A QUE SE DESTINAM AS REVISTAS ESTÃO RELACIONADAS COM AMBAS AS PALAVRAS-CHAVE, APENAS UMA, OU OUTRAS CORRELATAS?

TEMÁTICAS DAS REVISTAS



No contexto da pesquisa, foi possível perceber que dentre as 17 revistas que apareceram, existem múltiplas abordagens, de acordo com o que cada uma se propõe a discutir no seu arcabouço teórico. Dentre as quais, as que mais se destacaram se vistas pelo viés quantitativo, de acordo com o número de publicações, foram a “**REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**”¹² e a “**Revista de Estudos Feministas**”.

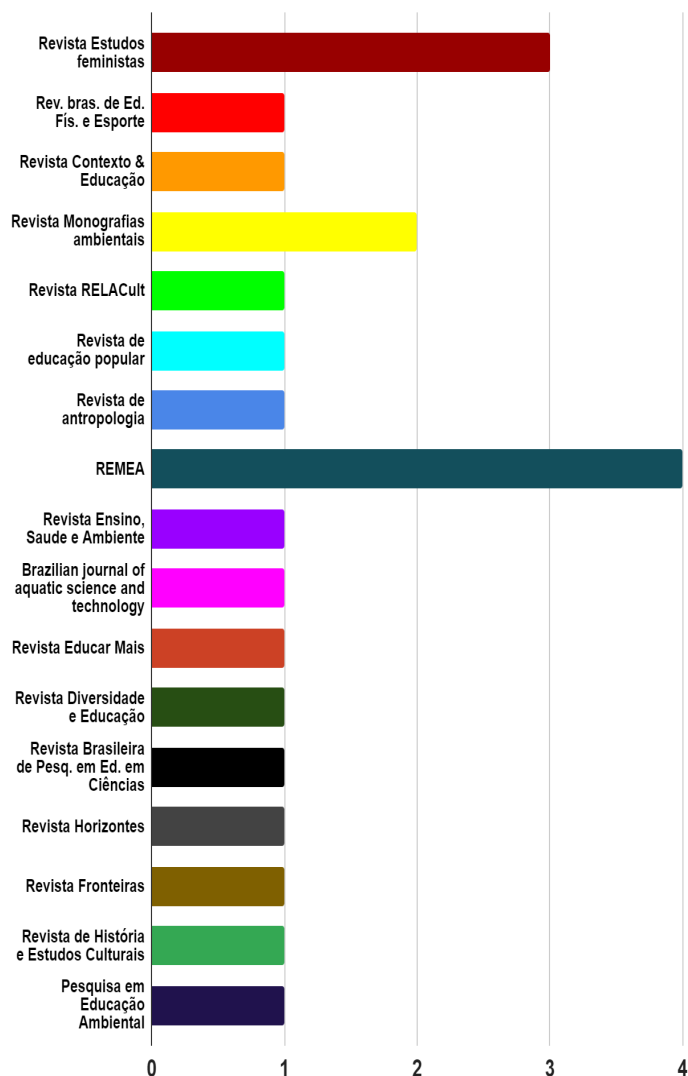
A primeira faz parte da FURG e traz publicações dos programas de pós-graduação na área de Educação Ambiental da América Latina², esteve presente nos resultados da pesquisa um total de quatro vezes, trazendo temas como pesca artesanal por mulheres, provocações de gênero ao currículo, o processo de transformação do corpo feito pelas travestis, gênero e imagem e provocações ao gênero e ao currículo, já a segunda é um periódico da UFSC e trata de assuntos de cunho feminista, como questões de gênero e sexualidade². Além disso, segue pelo viés interdisciplinar e, justamente por isso, abarcou a temática da pesquisa, tendo aparecido um total de três vezes.

Em seguida, a **Revista Monografias Ambientais** trouxe um total de dois artigos, tratando de assuntos como a transversalização da orientação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental e Interdisciplinaridade e Educação Ambiental. Ela tem como foco a publicação

²Os resumos foram baseados no site oficial de cada revista na sessão: sobre a revista

de artigos de pós-graduandos que estejam relacionados com Educação Ambiental em todo o território global.

NÚMERO DE PUBLICAÇÕES POR REVISTA



As demais revistas apareceram apenas uma vez cada, mas também tiveram abrangência na pesquisa com temas de suma importância. A "**Revista Relacult**" da UFSM, concentrou-se no âmbito da cultura e da sociedade, contribuindo com um artigo sobre a relação entre mulheres, a região do Pampa e a natureza. A "**Revista de Educação Popular**" da UFU, trouxe perspectivas importantes sobre educação, saúde e cultura populares, com destaque para a educação relacionada ao meio ambiente, saúde e gênero. A "**Revista de Antropologia**" da Universidade Federal de São Paulo abordou questões relacionadas à pesca artesanal por mulheres.

Já a "**Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**", da USP, abordou estereótipos de gênero no surf universitário. A "**Revista Ensino, Saúde e Ambiente**", da UFF, concentrou-se em

temas interdisciplinares relacionados ao ensino de ciências, com ênfase no ecofeminismo e na Educação Ambiental de base comunitária. O "**Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**" da UNIVALI trouxe uma perspectiva sobre sustentabilidade e agroecologia.

A "**Revista Educar Mais**" do IFSUL aborda questões de ensino e educação e incluiu na pesquisa um trabalho sobre mulheres e novos livros de projetos integradores em Ciências da Natureza. A "**Revista Diversidade e Educação**" da FURG, tem como proposta divulgar trabalhos que tratem dos temas de corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais, além de resenhas de livros e filmes. Trouxe um artigo com o mesmo tema do anterior

publicado na Revista Educar Mais, Mulheres e os novos livros de projetos integradores em Ciências da Natureza.

A **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências** (ABRAPEC), tem em seu bojo publicações na área da Educação em Ciências. Trouxe uma publicação sobre racismo e diversidade sexual e de gênero no ensino de Biologia. A "**Revista Horizontes**" da Universidade de São Francisco, faz publicações científicas na área da Educação. A pesquisa que apareceu nos resultados foi referente à Educação Ambiental Crítica e Ecofeminismo.

A **Revista Contexto & Educação**, da Unijuí, abrange todos os assuntos de cunho educacional que tenham como foco a emancipação social. Esteve presente na pesquisa uma vez, apenas, mas trouxe um assunto de grande valia sobre a educação sexual pelo viés da diversidade na formação de professores. A **Revista de Antropologia**, da USP, é do departamento de Antropologia e publica artigos relacionados com o tema a que se propõe. Apareceu uma vez na pesquisa com uma publicação sobre pesca artesanal por mulheres.

Por fim, a "**Fronteiras: Revista Catarinense de História**" apresentou uma análise crítica sobre a colonialidade da natureza, enquanto a "**Revista de História e Estudos Culturais**" da Universidade Federal de Uberlândia abordou questões relacionadas a Estudos Culturais, Crise Climática e Educação. A "**Revista Pesquisa em Educação Ambiental**" da UNESP contribuiu com uma publicação significativa sobre mudanças climáticas no contexto formal da educação.

Fica evidente, portanto, que a maioria das publicações são advindas de revistas de cunho ambiental, com 30.4% e educacional, com 26.1% do total. Com isso, é possível perceber que ambas as áreas perceberam a emergência do tema e têm buscado formas de consolidar o conhecimento para que haja possibilidade de luta por direitos.

Revistas relacionadas à gênero e às ciências humanas, empataram com 13% cada, o que leva a pensar que também são áreas preocupadas com o rumo das questões ambientais, o que evidencia o caráter transdisciplinar das questões ambientais. No entanto, tanto as áreas que mais relacionaram, quanto as que menos pesquisaram sobre, como Ciências da Natureza, com 8.0% e Outros (Educação Física e Esporte e Ciências Aquáticas e Tecnologia), também com 8%, precisam buscar aporte para aprofundar o campo teórico/prático, visto que são questões imprescindíveis para a diminuição das truculências ambientais a qual estamos submetidos.

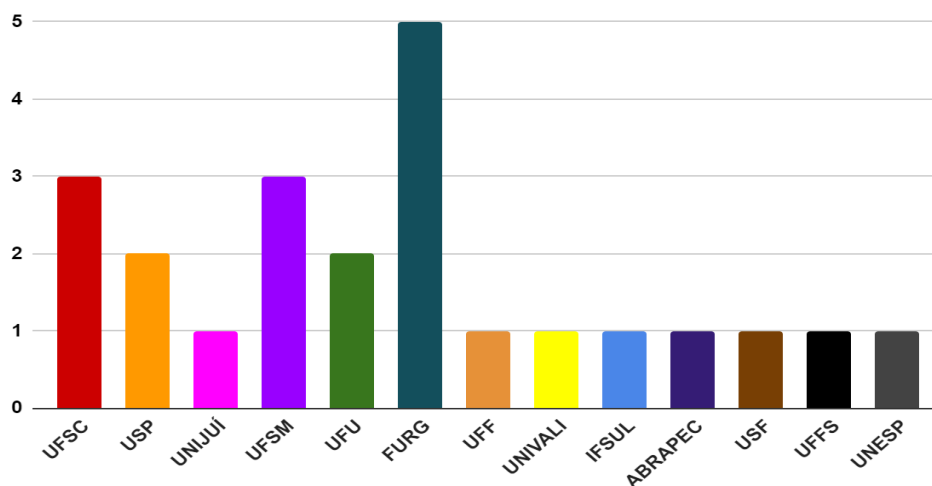
As ciências da natureza (química, física e biologia) trouxeram, por exemplo, a demanda da promoção e participação das mulheres e meninas na área. Mas outras ciências exatas, como a matemática, a engenharia, ciência da computação, entre outras, não

compuseram o percentual estatístico obtido na pesquisa. Mas seria de grande importância sua participação, pois o debate é global e abarca a vida como um todo. Entretanto, nem as áreas do próprio campo de pesquisa, de acordo com os dados, tiveram grande participação, um dado preocupante.

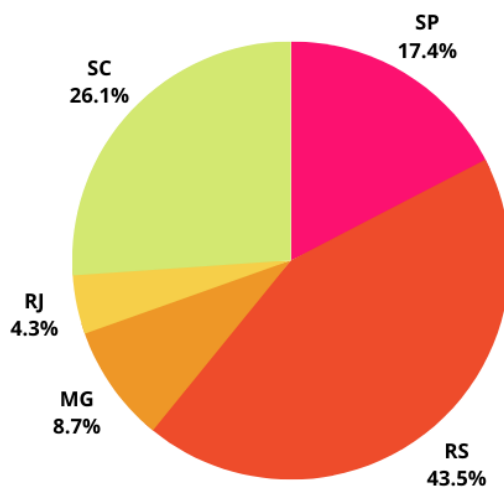
7. REFLEXÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES PRESENTES NO TERRITÓRIO REGIONAL BRASILEIRO PREDOMINANTE NAS PESQUISAS.

Abaixo seguem os gráficos com as instituições e seus respectivos estados de origem para análise:

QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES DE CADA INSTITUIÇÃO



PORCENTAGEM DE PUBLICAÇÕES POR ESTADO



É possível visualizar, através dos gráficos acima, que apenas as instituições das regiões Sul e Sudeste tiveram publicações relacionadas com as palavras-chave da pesquisa no portal de Periódicos Capes: Gênero e Educação Ambiental. É certo que há pessoas de toda as regiões espalhadas pelo Brasil, inclusive muitas pessoas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste residindo no Sul e Sudeste, que podem ter feito estas publicações através do contato com as instituições em questão.

De acordo com Lucas Guedes Vilas Boas (2017), a migração do campo para a cidade, que iniciou em meados dos anos 60 e que ainda hoje ocorre em larga escala evidencia os impactos causados na vida daqueles que dependiam da terra para a subsistência e que se viram no caos com as imposições da mecanização agrícola, da Revolução Verde, da Modernização Agrícola e da especulação fundiária, que se viram obrigados a deixar para trás o seu espaço/território em busca de melhores condições de vida na cidade.

No entanto, muitos se depararam com condições desfavoráveis e desamparo na jornada, com a mesma situação imposta às classes pobres também na cidade: subempregos, locais de moradia em áreas de risco, racismo ambiental, negligência no acesso à educação, desumanização e insegurança alimentar, pois cidade e campo não são antagônicos, pelo contrário, são interdependentes e coexistentes, perpetuam as mesmas relações de poder, pois são vítimas do mesmo sistema que lucra com a miséria e com a destruição, contraditoriamente.

Esta subalternização imposta, talvez faça jus com os resultados inexistentes para estas regiões, pois a falta de acesso a estas discussões se traduz no silenciamento das vozes dos oprimidos, que, inclusive, teriam muito a dizer com propriedade sobre a pauta em questão. Há que se considerar, porém, que existem outras plataformas renomadas de pesquisa e provavelmente há publicações do gênero advindas destes estados, entretanto, na visão micro a que se pode chegar à conclusão com esta pesquisa, não foram encontrados resultados correlatos.

No que diz respeito à região Sul, o estado que mais se destacou foi o Rio Grande do Sul, com 43,5% de publicações nos Periódicos da CAPES, seguido de Santa Catarina, com 26,1%. Na região Sudeste, São Paulo ficou na frente, com 17,4%, seguido de Minas Gerais, com 8,7% e do Rio de Janeiro, com 4,3%. Analisando, porém, na perspectiva percentual, pode parecer que foram muitos trabalhos, mas um total de 23 pesquisas nos últimos 20 anos é um dado alarmante e demonstra, mesmo que em uma porção do todo, que o campo de pesquisa é mais do que tímido e não tem a força que deveria ter se tratando de questões tão pertinentes à sociedade/natureza a qual somos e vivemos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como intuito deslindar se as questões de gênero relacionadas à Educação Ambiental estavam sendo mais ou menos pautadas e debatidas nos últimos 20 anos de acordo com as publicações da plataforma Periódicos da Capes e, a partir disso, buscou-se responder os motivos pelos quais e em qual contexto histórico isto ocorreu/ocorre atualmente.

O interesse pela área surgiu no decorrer da minha trajetória na licenciatura em Pedagogia e do estudo da EAC, que me foi apresentada no curso de Especialização em Educação Ambiental, na unidade curricular “Panorama da Educação Ambiental no Brasil”, através de uma palestra feita pela professora Gladis Slonski, com o título “Fundamentos da Educação Ambiental Crítico-transformadora” à luz da pedagogia libertadora de Freire, através da qual pude estreitar o caminho entre ambas as temáticas, que inicialmente parecem não ter relação, mas que na verdade são intrínsecas uma a outra.

Entre os 23 trabalhos encontrados nos periódicos da CAPES, foi possível visualizar que todos trouxeram temas de cunho crítico, visto que a temática faz parte da Pedagogia progressista de caráter emancipatório, questionador da realidade.

No entanto, como citado acima, o campo de pesquisa, que deveria ser vasto, ainda se encontra no inibido e, dada tamanha defasagem, faz-se necessário bio-fertilizar o solo, de maneira a dar luz às discussões enfraquecidas quantitativamente nas pesquisas futuras, como por exemplo a perspectiva dos povos indígenas em sua relação com o meio ambiente e o que tem a dizer sobre gênero e binaridade - somente dois trabalhos se propuseram a problematizar a colonialidade da natureza, a relação entre mudanças climáticas e vulnerabilidade ambiental de mulheres, crianças, animais, lgbt's, pcd's, quilombolas, indígenas e além de tudo, pessoas desfavorecidas financeiramente; assim como a promoção de saúde mental para esta população, soberania alimentar, agroecologia e equidade de gênero, distribuição de renda e questões de gênero, entre tantos outros possíveis e imagináveis.

O maior número de publicações se deu no ano de 2020 e, se a pesquisa estivesse parado nesta data, poderia-se chegar à conclusão de que os debates aumentaram com o passar dos anos, mas nos anos subsequentes até chegar no atual (2023), as pesquisas decaíram significativamente, o que leva a pensar que o ocorrido se deu por conta da redução do financiamento para pesquisa, o negacionismo da ciência no governo Bolsonaro e o fato de muitas pesquisas terem parado durante os anos de pandemia, por conta de uma sequência de condições desafiantes, como por exemplo o medo da exposição ao vírus, a impossibilidade de

deslocamento, o número altíssimo de mortes, a vacinação tardia devido à negligência política, entre outros.

Faz-se necessário, entretanto, retomar as forças para dar continuidade ao que foi censurado e inexplorado por tanto tempo para que haja novas formas de enxergar as questões de gênero na pauta ambiental, que deve, além de tudo, ser inclusiva para que os desafios sejam vencidos com a representação de todas as comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Marília Martins; RUBIO, Kátia. " Do outside": corpo e natureza, medo e gênero no surfe universitário paulistano. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, p. 97-110, 2011.

BARBOZA, Claudia Regina Neves; SARTORI, Jerônimo. Transversalizando a orientação sexual nos anos finais do ensino fundamental. *Revista Monografias Ambientais*, p. 25-40, 2015.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. Notas sobre a migração campo-cidade e a monocultura no Brasil. *Ateliê Geográfico*, v. 11, n. 1, p. 189-209, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.

CEZAR, Lilian Sagio; THEIS, Rafaella. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Baía de Campos, RJ. *Revista de Antropologia*, v. 63, p. e178848, 2021.

DA SILVA, Liza Bilhalva Martins; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. “Mulher pesca sim!” Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 3, p. 379-399, 2020.

DA SILVA, Mayara Gomes; DE CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Estudos Culturais, Crise Climática e Educação. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 20, n. 1, p. 259-277, 2023.

DA SILVA, Lisiana Lawson Terra; DE FREITAS, André Luis Castro. Educação ambiental crítica e ecofeminismo: uma potente lente epistemológica para uma educação ambiental popular e feminista. *Horizontes*, v. 40, n. 1, p. e022037-e022037, 2022.

DE ARAÚJO, Maria Cristina Pansera; GIOPO, Christiane. Editorial Formação Docente, Educação Sexual e Gênero e as relações entre professor e aluno. *Revista Contexto & Educação*, v. 27, n. 88, p. 1-5, 2012.

DE AVILA, Milena Aires; FEITOSA, Raphael Alves; SANTOS, Felipe Ramon. Gênero e Diversidade sexual na Educação Ambiental:(Re) Visitando experiências de um PIBID interdisciplinar de Educação Ambiental. *Diversidade e Educação*, v. 8, n. 2, p. 438-466, 2020.

DE PAULA BERINO, Aristóteles; DO NASCIMENTO VIANA, Yasmin. Matisse agora é uma menina e mora em Nova Iguaçu: Imagens que pensam o cotidiano escolar. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 37, n. 2, p. 190-204, 2020.

DE MATOS, Thaynara Beatriz Selasco; SOJA, Ana Cecilia. Mulheres e os novos livros de projetos integradores em Ciências da Natureza. Revista Educar Mais, v. 5, n. 5, p. 1287-1298, 2021.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. Revista Estudos Feministas, v. 11, p. 423-443, 2003.

DORNELES PEREIRA, Leonardo; DA ROCHA, Jefferson Marçal. Interdisciplinaridade e educação ambiental: uma análise bibliométrica de periódicos publicados entre 2017 a 2019. Revista Monografias Ambientais, v. 19, 2020.

FERNANDES, Sabrina (Tese onze). Fundamentos do ECOSOCIALISMO. YouTube, 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcpZG3HkEtQ>

FERRARI, Anderson; DE OLIVEIRA, Danilo Araujo. Provocações ao gênero e ao currículo: desafios e potencialidades para a educação e para os sujeitos. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 37, n. 2, p. 152-171, 2020.

FERREIRA, Natália. Os desafios do tempo presente e a colonialidade da natureza: intersecções para pensar novas sociabilidades. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 36, p. 69-90, 2020.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. Uma definição de meio ambiente. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 18, n. 2, p. 403-415, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Editora Record, 2006.

GOUGH, Noel et al. Contos de Camp Wilde: tornando queer a pesquisa em Educação Ambiental. Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 239-265, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & sociedade, v. 17, p. 23-40, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico et al. Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire. Cortez Editora, 2016.

MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Racismo e Diversidade Sexual e de Gênero no Ensino de Biologia e na Educação Ambiental: Uma Aproximação Decolonial Para a Pesquisa. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, p. e38820-32, 2022.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. Terra Livre, n. 16, p. 113-132, 2001.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. ClimaCom–Diante dos Negacionismos, Campinas, 2021, v. 8.

OLIVEIRA, Carolina Alves Gomes et al. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. Ensino, Saúde e Ambiente, 2020.

PALMIERI, Mayara et al. Percepções de Mudanças Climáticas no contexto formal da educação: um olhar para as publicações da plataforma EArte. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2023.

PENALVO, Claudia et al. Entre maquinarias e modos de ver e ser vista-a imagem como acontecimento da fada madrinha. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 37, n. 2, p. 205-229, 2020.

PEREIRA, Jonatta. Panorama dos trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação do IFSC Câmpus São José com a temática educação ambiental. 2020.

REIGOTA, Marcos. A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 02, p. 539-553, 2010.

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental?. Coleção Primeiros Passos (2009).

RIBEIRO, Jaime Renato. Para que serve a avaliação da Capes. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_18_07_07.pdf

ROSENDO, Daniela. Ecofeminismo Queer:: Reflexões sobre uma teoria política não binária. Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales, v. 4, n. 1, 2017.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. 2005.

SAITO, Kohei. O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Boitempo Editorial, 2021.

SCHLEE, Juliana Corrêa Pereira. Mulher, Pampa e natureza: um olhar através de contos puebleros. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 2, p. 362-369, 2016.

SLONSKI, Gladis Teresinha; TORRES, Juliana Rezende. A Educação Ambiental Crítico-transformadora e o que fazer dos educadores ambientais do IFSC. Revista Sergipana de Educação Ambiental, v. 9, n. 1, p. 1-21.

SOARES, Alisson da Costa; O'de ALMEIDA, Gabrielle Souza. A desigualdade de gênero no Brasil: um obstáculo para a concretização da meta 5.1 dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Revista Direito e Sexualidade, p. 183-206, 2022.


VIEIRA, Márcia Gilmar Marian et al. Educação para a transformação: meio ambiente, saúde e gênero. Revista de Educação Popular, v. 15, n. 1, 2016.

VIEIRA, Márcia Gilmar Marian; PRADO, Fernando Henrique; KORZ, Camila. Vivências que promovem a sustentabilidade: Ações Socioeducativas Agroecológicas. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology, v. 24, n. 1, p. 1-7, 2020.




Ata da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores

Aos 25 dias do mês de setembro de 2023, com início às 16h, realizou-se, com todos os participantes, estudantes e membros, via interação virtual, a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **Danielle de Mello Moreira**, intitulada GÊNERO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO PORTAL CAPES (2003-2023), para a obtenção do certificado de Especialista em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores pelo Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. Após a abertura e apresentação à Banca Examinadora composta pelos professores: Prof. Dr. Alexandre Sardá Vieira (IFSC/SJE - Orientador e Presidente), Profa Dra. Flávia Maia Moreira (IFSC/SJE - Examinador), e Prof. Dra. Thayane Cazallas do Nascimento Kingseski (IFSC/SJE - Examinador), deu-se início à exposição da estudante. Em seguida procederam-se à arguição e à avaliação do trabalho pelos membros da Banca Examinadora, que conferiu o resultado APROVADO com nota 10. O trabalho final deverá ser entregue, contemplando as sugestões da banca examinadora, junto à Biblioteca do IFSC Campus São José no prazo de 15 dias a partir da presente data. Nestes termos, lavro a presente ata, que depois de lida e aprovada, será por mim, pelos membros da banca e pelo especialista, assinada.

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE SARDA VIEIRA**
Data: 25/09/2023 17:17:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Sardá Vieira
Orientador e Presidente

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA MAIA MOREIRA**
Data: 25/09/2023 20:55:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dra. Flávia Maia Moreira
Examinador (IFSC/SJE)




Documento assinado digitalmente
BRUNO DE AZEVEDO
Data: 26/09/2023 17:11:32-0300
CPF: 009.741.699-19
Verifique as assinaturas em <https://v.ifsc.edu.br>

Prof. Dr. Bruno de Azevedo
Coordenador do Curso
Portaria da Direção-Geral do Câmpus São José
Nº 157 de 30 de agosto de 2023

São José, 25 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE DE MELLO MOREIRA**
Data: 25/09/2023 17:25:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Danielle de Mello Moreira
Candidato

Documento assinado digitalmente
 **THAYANE CAZALLAS DO NASCIMENTO KINGESI**
Data: 26/09/2023 13:07:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Thayane Cazallas do Nascimento
Kingseski
Examinador (IFSC/SJE)



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São José

Rua: José Lino Kretzer, 608 | Praia Comprida | São José /SC | CEP: 88.103-310

Fone: (48) 3381-2800 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0003-22